

## PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO FEMININA: UM ESTUDO DE CASO DAS MULHERES GUINEENSES

Ginelsa Nelson Vieira Té<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente artigo propõe analisar o processo de emancipação feminina na Guiné-Bissau desde momentos de luta pela libertação nacional e lutas cotidianas das mulheres em defesa da garantia dos direitos iguais para todos(as) como estabelece o artigo 24 da Constituição da República de 1996. A Guiné-Bissau é um país que passou pelo processo da colonização portuguesa e, até hoje há uma forte influência da cultura da colonialidade na qual chamamos da herança colonial e patriarcal, sendo assim procuramos também investigar, ou seja, estudar a teoria afrocêntrica enfatizada pela Nah Dove com relação culturas africanas e a estrutura matrilinear. Como método, trabalho é de caráter bibliográfico onde foi feito análises dos trabalhos que debate sobre a questão de desigualdade social baseada no gênero, quanto à abordagem classifica-se por qualitativa com base na observação críticas das ideias e ainda vale ressaltar que trabalho é de grande importância porque pretende contribuir na desconstrução do poder patriarcal e incentivar emancipação da sociedade.

**Palavras-Chaves:** Guiné-Bissau, Mulheres, Emancipação, Guineense.

### ABSTRACT

This article proposes to analyze the process of female emancipation in Guinea-Bissau from moments of national liberation struggle and daily struggles of women in defense of the guarantee of equal rights for all, as established in article 24 of the Constitution of the Republic of 1996. Guinea-Bissau is a country that has gone through the process of Portuguese colonization and, until today there is a strong influence of the culture of coloniality in which we call the colonial and patriarchal heritage, so we also seek to investigate, that is, to study the Afrocentric theory emphasized by Nah Dove in relation to African cultures and the matrilinear structure. As a method, work is of bibliographical character where it was made analyzes of the works that debate on the issue of social inequality based on gender, and the approach is classified as qualitative based on critical observation of ideas and also worth mentioning that the work is of great importance because it intends to contribute to the deconstruction of patriarchal power and encourage emancipation of society.

**Key-words:** Guinea-Bissau. Women. Emancipation. Guinean.

---

<sup>1</sup> Bacharel em Humanidades, Licenciada em Sociologia e Especialista em Gênero, Diversidade e Direitos Humano (GDDH)

## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo debate a emancipação feminina na sociedade guineense com propósito de entender o desenvolvimento do processo de empoderamento das mulheres guineenses e quais são as barreiras que impedem a sua permanência na esfera pública, uma vez que “todos os cidadãos são iguais perante a lei, gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, sem distinção de raça, sexo, nível social, intelectual ou cultural, crença religiosa ou convicção filosófica” (GUINÉ-BISSAU, 2012, p. 15). Portanto, é necessária a superação do sistema patriarcal e a garantia de direitos humanos.

Ao longo dos processos históricos na Guiné-Bissau, as mulheres sempre foram vistas como pessoas incapazes e desprovidas de conhecimentos e saberes. Por isso, são sempre excluídas dos lugares de tomadas de decisões, tanto no âmbito familiar, como no mercado de trabalho, devido à "superioridade masculina" socialmente construída pelo patriarcado.

Perante essa hierarquização e classificação social por meio do gênero, o setor público é mais valorizado em comparação ao privado (casa), que é destinado a mulher. Os homens são vistos sempre como pessoas capazes de ocupar espaços públicos, e ainda existem mulheres que acreditam que para conseguir progresso na vida, é necessário submeter-se à dominação masculina e/ou aceitar a violência doméstica como algo natural, ou seja, as últimas palavras deverão ser sempre dos homens.

Então, procuramos analisar a organização de grupos de *mandjuandadi*<sup>2</sup> e a UDEMU para compreender o processo da emancipação na Guiné-Bissau, e com objetivos específicos, entender o papel das mulheres da luta de libertação da Guiné-Bissau, pesquisar as organizações acima citadas, analisar e compreender a luta pela igualdade de gênero no país e o reconhecimento das heroínas guineenses. Nosso trabalho apoiou-se nos livros, teses, artigos e monografias, com base na pesquisa bibliográfica e na abordagem qualitativa.

O trabalho caracteriza-se de uma pesquisa bibliográfica, com base na revisão e análise dos livros, artigos, monografias e dissertações cuja abordagem é qualitativa e as técnicas utilizadas são exploratória, descritiva e explicativa.

as pesquisas ditas qualitativas, compartilham (têm como invariantes) as características seguintes: estão interessadas na essência dos processos sociais; [...] não estabelecem um modelo rígido, nem prescrevem um

---

<sup>2</sup> *Mandjuandadi* são organizações criadas com base em solidariedade entre os membros, antigamente se baseia na idade mas hoje em dia isso não se verifica o mais importante são reflexões e solidariedade

esquema estruturado tipo receita de cozinha, mas o processo de pesquisa é desenvolvido com grande flexibilidade (GONZÁLEZ, 2020, p.159).

Desse modo, procuramos diferentes autores e autoras que abordam temáticas de gênero para construir este artigo, no sentido de analisar e compreender o problema da pesquisa. Para Pizzani et al, “o conhecimento científico gera a pesquisa científica sendo está definida como uma atividade intelectual intencional que visa responder às atividades humanas, para compreender e transformar a realidade que nos rodeia” (PIZZANI, DA SILVA, FARIA BELLO, INNOCENTINI HAYASHI, 2012, p.56). Essa é nossa missão com este trabalho.

A escolha do tema deu-se pelo aumento da participação das mulheres guineenses nos espaços públicos de tomada de decisão na atualidade, porém, ao longo dos processos históricos as mesmas foram as principais vítimas da discriminação e exclusão nos centros do debate e de tomada de decisão. Assim sendo, lançamos a luz a este objeto com propósito de problematizar o processo de emancipação feminina a partir dos períodos anteriores à colonização portuguesa na Guiné-Bissau, período colonial e pós-independência, com recorte no âmbito político e social.

Por outro lado, procuramos trazer histórias das mulheres guineenses que lutavam e ainda lutam pela consolidação da igualdade de gênero e contra a violência doméstica no país. De acordo com a conjuntura sociopolítica guineense, as mulheres ainda constituem a maior parcela da população e exercem mais os trabalhos informais pouco valorizados pela sociedade, mas mesmo assim, “as atividades “informais” desempenhadas pelas mulheres também contribuíram para o reconhecimento do seu papel fundamental no sustento da família” (ROQUE, 2011, p.43), e as mulheres estão cada vez mais a desempenhar papéis de grande relevância em toda esfera social.

Do ponto de vista acadêmico, pretendemos realizar um trabalho que conduz a reflexão sobre a igualdade de gênero na Guiné-Bissau, porque verifica-se que o país ainda precisa discutir esta questão que inferioriza as mulheres guineenses. além disso, pretende-se trazer ao público as histórias dos movimentos, organizações que lutaram e ainda lutam pela igualdade de gênero na sociedade guineense. Atualmente as mulheres guineenses estão se destacando na política, fatos que inspiram a maioria dos jovens que pretendem seguir esta carreira e contribuir para as mudanças necessárias que a sociedade almeja.

Historicamente falando, os espaços políticos e de tomadas de decisão eram limitados somente para os homens, são eles que decidem sobre o que deve ser feito ou não, enquanto

que as mulheres eram consideradas sujeitos passivos sem voz e nem vez. Suas tarefas na sociedade eram de cuidar da casa, dos filhos (as), e servir o marido. Mas, com o passar do tempo, as mulheres começaram a desencadear lutas em prol da conquista da cidadania e pela ocupação dos espaços públicos de tomada de decisão que lhes foram proibidos por muitos anos. Exemplo disso foi a participação das mulheres na luta de libertação nacional da Guiné-Bissau contra o imperialismo português.

No entanto, isso nos leva a refletir sobre a questão acima colocada e construir um debate com base nos referenciais teóricos acerca das mudanças precisas pela consolidação da igualdade de gênero de acordo com o artigo 24 e 25 da Constituição da República de 1996. Os debates sobre a emancipação feminina no país ainda precisam ser ampliados por todos os cantos do território nacional com base na valorização dos direitos humanos, independentemente do gênero, classe, religião ou origem social.

O trabalho é dividido por três tópicos, nos quais temos, como primeiro tópico, o processo de mobilização e participação ativa das mulheres na luta pela independência da Guiné-Bissau. O segundo tópico analisa as mulheres no contexto pós independência na sociedade guineense e por último a contamos luta pela emancipação feminina, e o terceiro, o caso da UDEMU e grupos de MANDJUANDADI.

## **2. PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO ATIVA DAS MULHERES NA LUTA PELA INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ-BISSAU**

A Guiné-Bissau tornou-se oficialmente independente em 1973, e a independência foi conquistada por meio da revolução armada com mais de uma década de duração, e com uma participação massiva e significativa das mulheres guineenses. Essas histórias, porém, são pouco referenciadas na historiografia nacional do país e muito menos nos livros didático, devido a dominação masculina na história nacional. No entanto, apesar desta inconveniência, houve a participação massiva das mulheres “de forma positiva, para a mudança de mentalidades sociais, sobretudo nos meios rurais, em que a resistência a sua presença, em lugares de decisão, era mais evidente” (GODINHO GOMES, 2015, p.171). No início da mobilização para a luta armada foram convidados todas as pessoas, independentemente do grupo étnico ou gênero, e a partir disso que as mulheres começaram a ingressar massivamente a fileira do movimento libertador, desempenhando diversas funções antes e durante a luta armada contra os colonialistas portugueses na Guiné-Bissau. Segundo Candê Monteiro (2011),

PAI (Partido Africano para Independência), que mais tarde daria origem ao PAIGC fundada em 1956, já por iniciativa de Amílcar Cabral, e os seus compatriotas cabo-verdianos e guineenses: Luís Cabral, Aristides Pereira, Elisée Turpin, Abílio Duarte, Júlio de Almeida e Fernando Fortes) (CANDE MONTEIRO, 2011, p. 234).

Desde a sua fundação até a atualidade, o PAIGC ainda continua sendo um dos maiores partidos políticos do país e com maior representação da bancada parlamentar, e também é um partido onde se via o maior engajamento da militância feminina em comparação com os demais partidos, apesar de poucas representantes na Assembleia Nacional Popular – ANP e nos sucessivos governos (GODINHO GOMES, 2021).

Segundo Mendes (2019), “Guiné-Bissau tem menos mulheres deputadas no parlamento comparado com outros os países da Língua Oficial Portuguesa – CPLP” (MENDES, 2019, p.16), mas devido a aprovação e implementação da lei de quota em 2018, que fixa o mínimo de 36% das mulheres na lista dos cargos público na última eleição legislativa de 2019, foi constatado o aumento de números das mulheres no parlamento em comparação com a eleição de 2014, mas mesmo assim nenhum partido político conseguiu cumprir com essa política de incentivo a participação de candidatura das mulheres,

em 2019, este número aumentou (no caso do PAIGC) para 31 candidatas efetivas, o mesmo de cabeças de lista (5), vinte e seis candidatas na posição elegível, corresponde a 30,39% (não cumpre a Lei da Paridade de 36%). No caso do PRS relativamente aos dados de 2019: trinta mulheres constam na lista como candidatas efetivas; três cabeças de lista, vinte e sete na posição elegível, correspondente a 29,41% (não cumpre a Lei da paridade e de equilíbrio de género de 36%) (MENDES, 2019, p.21).

Com base nos dados supracitados, é possível constatar que muitas mulheres guineenses conseguiram transgredir as barreiras historicamente construídas, começando pela participação na luta contra os colonialistas, lutando ao lado dos homens pela libertação do país e pela emancipação feminina em particular.

Para além disso, também é importante enfatizar que foram as mulheres que prepararam os alimentos para os combatentes, cuidaram dos filhos(as) e do campo agrícola, enquanto os maridos estavam na linha de frente da batalhas, pois eram “as únicas que não se encontravam sujeitas ao controlo, podendo deslocar-se livremente, puderam assim transportar alimentos, água e armas indispensáveis aos primeiros guerrilheiros que se encontravam escondidos nas zonas das florestas ” (LANDIM MOREIRA, 2006 p.32). Parece, porém, que esse grande esforço é inferiorizado, estereotipado e exclusivo para mulheres.

Também é importante salientar que o líder do PAIGC, “Amílcar Cabral, era de opinião que um maior êxito da luta que estava sendo levada a cabo implicava uma maior participação da mulher” (LANDIM MOREIRA, 2006, p.31), porque a independência só seria conquistada com a união e participação de todos(as). Por isso, desde a fundação do PAIGC, havia algumas mulheres no centro de tomada de decisões, como Carmen Pereira, Teodora Inácia Gomes e outras mulheres do partido que conseguiram assumir cargos políticos no país durante e após a luta armada (GODINHO GOMES, 2017).

Porém, atualmente, mesmo tendo o número elevado das mulheres ocupando espaços de destaque na hierarquia da administração pública do país em comparação com as duas primeiras décadas após a independência, ainda há muitas coisas a serem feitas, principalmente no que diz respeito à garantia dos direitos das mulheres. Conforme os artigos 24 e 25 da Constituição da República de 1996, “a Justiça de gênero, implica que meninas e meninos, homens e mulheres tenham iguais oportunidades de acesso e controle sobre os seus recursos, a capacidade de fazer escolhas em suas vidas” (DUARTE BATICÃ, 2015, p.11), como cidadãos e cidadãs livres que merecem ser ouvidas e respeitadas conforme a lei, mas em Guiné-Bissau as meninas e mulheres são silenciadas e desfavorecidas dos direitos humanos.

Além disso, também há uma onda de reprodução do discurso da meritocracia falsamente construídas na sociedade guineense, quando se trata da pouca influência das mulheres na construção e implementação das políticas públicas, mas sem levar em consideração que do ponto de vista histórico, as mulheres eram privadas dos seus direitos, sejam eles, civis, políticos e sociais. Por isso, é desonesto atribuir a pouca participação das mulheres no cenário político atual a questão da meritocracia.

Além disso, durante a luta de libertação “os homens e mulheres da Guiné-Bissau e Cabo-Verde, militantes ou não do PAIGC, que [...] lutam pela libertação total da nossa terra africana, pela defesa, segurança, integridade e progresso das regiões libertadas” (GODINHO GOMES, 2010, p.4) e mesmo com todas as discriminações, elas contribuíram para conquistar com êxito o maior triunfo nacional, que é a liberdade do povo guineense e cabo-verdiano.

Como forma de diminuir as desigualdades sociais vigentes na sociedade guineense pós-independência, é urgente e necessário garantir às mulheres o mesmo privilégio dos homens desde a infância, assim para que o país possa ter homens e mulheres adultas capazes de contribuir para a transformação da realidade atual, pelo “ fortalecimento das meninas perante as suas capacidades de fazer escolhas sobre o seu futuro [...] a autoestima e sua crença na sua própria capacidade de controlar suas vidas” (DUARTE BATICÃ, 2015, p.11), e

contribuir para o desenvolvimento do país e das sociedades no sentido de diminuir a desigualdade entre homens e mulheres e manter equilíbrio.

A imagem a seguir demonstra a presença feminina ao lado do líder do Partido Africano da Independência Guiné-Bissau e Cabo-Verde – PAIGC Amílcar Cabral,



Fonte: <https://www.pordentrodaafrica.com/cultura/titina-sila-e-uma-homenagem-as-feministas-guineenses>

Essa imagem mostra-nos que as mulheres guineenses desempenharam diferentes funções importantes fora do âmbito doméstico, ou seja, nas linhas de frente batalhando ao lado dos homens pela libertação nacional de Guiné e Cabo-Verde. Teodora Inácia Gomes além de outras atividades na época também trabalhou,

Como orientadora política. Efetuava reuniões com as populações e militares sobre o motivo que levou o PAIGC a desencadear a luta armada na Guiné -Bissau, ensinando princípios e normas que regiam os estatutos e programas do Partido sobretudo o Programa Maior e o Programa Mínimo do PAIGC (GODINHO GOMES, 2017, p.82).

Além dela, também a economista “Lurdes Vaz ocupou vários cargos na hierarquia do Estado, chegando a chefiar o Ministério do Turismo e o Ministério da Mulher, após a abertura política” (GODINHO GOMES, 2016, p.130), na década de 90 do século passado. Mas, mesmo assim, ainda a situação da mulher guineense é preocupante e merece muita atenção para que a dignidade e a dedicação das mulheres nos seus trabalhos sejam respeitadas. Nharbate N’Ghada, ex-combatente da liberdade da pátria, afirmou em uma entrevista: “entrei na luta em 1962, ainda muito jovem, como membro das milícias no sul. Depois de ter

recebido um breve treinamento militar em Djol, [...] trabalhei na área da saúde, no grupo que garantia os primeiros socorros aos combatentes” (GODINHO GOMES, 2016, p.132).Esse tipo de ação é gratificante para alcançar a vitória como foi alcançado com esforço de todos e todas, por isso que ninguém deve ser esquecido.

Há muito tempo os jovens e/ou os acadêmicos e estudiosas das questões de gênero estão percebendo a invisibilização das figuras históricas femininas na sociedade guineense, e começaram a discutir diferentes temas voltadas ao gênero na academia. Recentemente vimos o gesto de reconhecimento por parte de um movimento artístico que decidiu homenagear os heróis e as heroínas nacionais com pinturas nas paredes de alguns edifícios na avenida pública do centro da cidade de Bissau. Entre as homenageadas está a ex-combatente Ernestina Titina Silá<sup>3</sup>, heroína nacional. Por outro lado faltam muitas que merecem esta homenagem para dar visibilidade a história da emancipação das mulheres guineenses.

Também, ao longo desse processo é possível verificar a participação das meninas do movimento artístico, fatos que não se verificavam antes, mas hoje elas conseguiram transgredir as barreiras que as limitavam de participar de certas atividades por serem meninas e/ou mulheres.Porém, o “empoderamento da mulher passa por vários caminhos: na sociedade, pelo conhecimento dos direitos da mulher, pela sua inclusão social, instrução, profissionalização, consciência da cidadania” (DUARTE BATICÃ,2015, p.38), e a falta da informação e a precariedade da educação fazem com que muitas mulheres desconhecem os seus direitos como cidadãs livres desse país.É necessário seguir esse caminho de emancipação social para que todos(as) conheçam seus direitos e limitações.

Também é importante ressaltar que a emancipação das mulheres guineenses não começou hoje, como muitos pensam e acreditam, mas o mesmo se iniciou desde que as mulheres decidiram ingressar nos movimentos de libertação para lutar ao lado dos homens pela independência do país.

Com isso também, podemos perceber a sobrecarga do trabalho que as mulheres enfrentavam. Em Moçambique “além de cumprir o dever no âmbito privado cuidando da família e do lar, eram responsáveis por alimentar os combatentes e ocuparem-se da agricultura” (MACHEA DUARTE, 2018, p.20) e o mesmo aconteceu em Guiné-Bissau e prevalece ainda na sociedade atual.

---

<sup>3</sup> Ernestina Titina Silá é uma mulher guineense que participou na luta contra o regime colonial e foi reconhecida como heroína nacional, faleceu no dia 30 de janeiro de 1973 quando estava indo para o funeral do Amílcar Cabral



Como a mulher é parte da sociedade, almejamos que as pessoas reconheçam mais o esforço e contribuição das mulheres em todas as atividades e/ou áreas. Segundo Chiziane (2013, p.203) “nas condições da atual sociedade, se a mulher pretende um reconhecimento igual ao do seu parceiro masculino deve trabalhar duas ou três vezes mais”, para que possa ser reconhecida e/ou respeitada, ao contrário do homem que já é visto como talentoso por isso não passa por essa cobrança.

Apesar de a citação supracitada faz referência a sociedade moçambicana, isso também se verifica na Guiné-Bissau, ao contrário do pensamento do líder fundador do PAIGC e do Programa Maior do partido pós-independência que era de incentivar as mulheres a decidirem sobre suas vidas, particularmente de escolherem seus maridos: “Casar-se-ão se o desejarem, mas não haverá mais casamentos forçados. Aqueles que continuarem a incentivar esta prática estarão agindo pior do que os portugueses colonialistas” (CHALIAND 1969, p. 93 APUD GOMES, 2017, p.81). Sendo assim, a libertação da nação guineense não se restringe em expulsar o colonizador do território, mas também desconstruir algumas práticas que limitam o espaço das mulheres, seja da tradição guineense ou levadas pelos colonizadores.

Podemos perceber ao longo do processo de emancipação das mulheres guineenses “a nível parlamentar muitas batalhas foram ganhas pelas mulheres e pelas organizações de caráter feminino, nomeadamente a aprovação da lei da saúde reprodutiva, da lei do planeamento familiar e da lei contra a mutilação genital feminina” (GODINHO GOMES, 2017, p.89). Apesar disso, não se resolveu ainda o problema da subalternização da mulher nessa sociedade, apesar de ser uma conquista importante em prol do empoderamento das mulheres.

Por outro lado, ainda temos interesse em saber o porquê da lei da violência contra a mulher ainda não ter sido colocada em pauta para ser discutida e aprovada, porém vamos resistir e aceitar como desafio hoje, como salientou a deputada da Nação Teodora Inácia Gomes.

Como deputada da Nação e no âmbito do grupo parlamentar do PAIGC apresentei diversas propostas de lei, algumas das quais foram aprovadas e outras ainda estão por aprovar. A lei sobre a violência contra as mulheres, mesmo se esta última não foi até ao momento aprovada no parlamento. Este é o nosso desafio hoje! (GODINHO GOMES, 2017, p.89).

É urgente aprovação desta lei de violência contra a mulher, porque vai ajudar em diminuir casos de violação de direitos das mulheres, olhando o patriarcado “como um sistema de dissipação, sem um princípio de organização central ou lógica dominante” (Christine

Battersby, 1998 APUD BAKARE-YUSUF, 2003, p.4), em que o poder masculino influência na educação das meninas para serem boas esposas e submissas aos maridos. Repara-se que,

dedicação das mulheres para o acesso ao trabalho remunerado, liberdade de expressão, educação, a conquista de altos cargos políticos, a diminuição de casamento precoce e forçado, tem vindo a trazer mudanças significativas que obrigam os homens a reconsiderar a sua posição de agir frente às mulheres e sobre si mesmos (DUARTE BATICÃ, 2015, p.7).

Acontece que, na referida sociedade, as mulheres enfrentam muitas dificuldades nos espaços públicos e no seio familiar, e precisam de apoio para serem pessoas capazes de tomar suas decisões e construir suas vidas como planejaram. Para Duarte Baticã, “A falta de oportunidade, poder ou lugar de tomada de decisão é uma das principais barreiras que impedem as meninas e/ou mulheres de exercer os seus direitos e escapar aos ciclos de pobreza” (DUARTE BATICÃ, 2015, p.11). Os privilégios dados aos homens por parte da família na sociedade “tradicional” guineense, foram utilizados como ponto de partida para criação da suposta superioridade masculina.

Partimos do pressuposto de que a desigualdade entre homem e mulher se inicia na família, então é necessária a solidariedade das mulheres e responsabilidade dos homens para mudar a educação familiar. É possível perceber que existem vários movimentos e associações que estão engajados em debater temas voltados à desigualdade de gênero e ao combate à violência contra as mulheres no país, porque faz parte de direitos humanos e as referidas mulheres ainda estão em luta para proteção dos seus direitos.

Desde a época da colonização, as mulheres guineenses tinham dupla missão para combater a opressão: “a participação de mulheres na luta de libertação nacional inscreveu-se na história da Guiné-Bissau como um combate contra dois colonialismos, o colonialismo europeu e o colonialismo dos homens” (LARANJEIRO, 2021, p.50). Esses fatores fizeram com que elas sofressem mais na referida guerra, porque foram tanto violentadas por parte dos militares portugueses, quanto discriminadas pelos homens guineenses. Nos dias atuais, na sociedade guineense as mulheres são as que mais sofrem a violência física, psicológica e outros.

### 3. MULHERES NO CONTEXTO PÓS-INDEPENDÊNCIA NA SOCIEDADE GUINEENSE

Mesmo depois da luta pela libertação nacional, as mulheres não conseguiram se libertar dos estereótipos atribuídos pelo patriarcalismo. Nas primeiras eleições pudemos perceber o quanto a figura feminina é inferiorizada no espaço público e político na Guiné-Bissau, a exemplo da candidata Antonieta Rosa Gomes, que foi atacada pelo já falecido Ex presidente da República da Guiné-Bissau, Kumba Ialá, que era líder do Partido da Renovação Social (PRS), com discurso machista que delimita lugar da mulher ao espaço doméstico (casa).

Podemos perceber essa discórdia nos partidos políticos, como consta a fala de Inocêncio Lamba, líder da AS (Aliança Socialista), que diz “a minha única insatisfação, talvez, a priori continua a ser a questão de quotas. As mulheres precisam lutar lado a lado com os homens para mostrar que elas são capazes de assumir um determinado posto e não através de quota e, penso que isso é importante” (SEMEDO, 2018, p.22). Policiano Gomes, líder do PDD (Partido para Democracia e Desenvolvimento) e outros demonstraram o mesmo descontentamento (SEMEDO, 2018), e isso se estende para sociedade, na qual se intensifica a inferiorização das mulheres e distantes dos espaços públicos.

Portanto, as mulheres sempre foram vulneráveis no parlamento guineense, porque não é garantido os mesmos direitos como a Constituição de República garante. A fala do líder da AS refere a situação como se fosse garantidas às mulheres e homens guineenses oportunidades similares. Para Santos (2014), “às estratégias que levam às desigualdades sociais entre homens e mulheres decorrem dos estereótipos e preconceitos veiculados e de práticas discriminatórias que conduzem a uma oferta diferente de oportunidades” (SANTOS, 2014, p.85-86), e isso impede a maioria das mulheres a exercer e manter em funções políticas. Na medida em que as mulheres vão ocupar o espaço público, é necessária a responsabilidade dos homens no espaço doméstico para que a mudança seja eficiente. Isso parece ser o mais difícil, e repara-se isso na fala a seguir:

a minha mãe, quando saía da *bolanha*<sup>4</sup> com o meu pai, ocupava-se de todas as tarefas em casa (limpar a casa, lavar os pratos, cozinhar e cuidar das crianças) enquanto ele descansava, sendo assim a mulher tem que esforçar e se adaptar a essa rotina diária de duplo trabalho que é muito desgastante, e ainda muitas pessoas não reconhece o seu trabalho fora de casa por

---

<sup>4</sup> *Bolanha* é lugar de cultivo de arroz e hortaliças.

associa-las ao trabalho doméstico e informal” (FALA DE MINDJER, 2018, p.44).

É nesse tipo de serviço que muitas mulheres conseguem manter o sustento familiar na Guiné-Bissau. Então, é necessário continuar a luta para garantir a todos e todas os mesmos privilégios e direitos como cidadãos. Segundo Santos (2014), “na Guiné-Bissau, as mulheres estão, muitas vezes, mais expostas a determinados tipos de violência conduzidos por agentes do Estado no suposto exercício das suas funções” (SANTOS, 2014, p.93), por causa dessa visão estereotipada da mulher dona de casa. Nesse sentido, o movimento “*mindjer ika tambur*”<sup>5</sup> está desenvolvendo trabalhos de grande importância, sobretudo no que diz respeito ao combate às diversas formas de violências contra as mulheres” (VIEIRA TÉ, MACÊDO PEREIRA, 2022, p. 10). Em momentos de restrições, devido a pandemia, que resultou no isolamento social, nota-se a difícil realidade das referidas mulheres.

O Estado decretou a lei do isolamento social (recolha obrigatória) e essas mães por não terem o suficiente para manter o sustento da família, decidiram manter suas atividades nas feiras para colocar a comida na mesa. Para Roque (2011), “as mulheres sempre se dedicaram à agricultura familiar e ao comércio, mas estas atividades não são necessariamente valorizadas como são aquelas desempenhadas pelos homens” (ROQUE, 2011, p.53). Como observa-se, no início da pandemia, essas *bideiras*<sup>6</sup> entraram em conflito com os policiais que agrediram-nas alegando o descumprimento do decreto, mas por outro lado o governo não atendia as necessidades delas.

A sociedade guineense, sendo um meio em que valores culturais são muito conservados, algumas mulheres se distanciam do público para não criar o desconforto ao marido: “devido ao valor atribuído ao casamento e a honra que representa para a mulher, todos os obstáculos que virão perturbá-lo ameaçam desonrá-la e à sua família” (FALA DE MINDJER, 2018, p.47), inclusive de ser reconhecida para a sociedade como uma boa mãe ou esposa.

As estratégias do sistema patriarcal mantêm seu domínio, por isso que estar no público exige coragem e determinação: “a mulher enfrenta muitas exigências para provar que é merecedora de uma determinada posição ou promoção, condição que muitas vezes não se aplica ao homem” (FALA DE MINDJER, 2018, p.50). Os homens são considerados seres inteligentes ou capazes de atuar na política por natureza, então são questões que precisam ser repensadas para que possamos obter uma sociedade igualitária.

---

<sup>5</sup> *Mindjer ika tambur* significa em português mulher não é tambor, quer dizer não é um objeto ou sua propriedade.

<sup>6</sup> Bideiras são as mulheres vendedoras de peixes ou qualquer produto seja em casa ou nas feiras.

O pensamento de Amílcar Cabral, que era líder do Partido Africano da Independência de Guiné-Bissau e Cabo- Verde( PAIGC), demonstra o quanto é importante trabalhar para descolonizar a cultura e se libertar-se: “ a luta de libertação deveria ser transformadora de cultura, procurando não cristalizar a cultura tradicional, mas sim atualizar o seu potencial libertador e emancipador para a luta pela independência” (LARANJEIRO, 2021, p.51). Isso é muito interessante para a sociedade guineense, porque existem algumas práticas culturais que não colaboram nesse processo de emancipação e empoderamento das mulheres, as quais precisam ser repensadas para facilitar a liberdade do público feminino.

Ainda podemos analisar o sistema político guineense através do discurso de Amílcar Cabral: “alguns camaradas fazem o máximo para evitar que as mulheres mandem, embora por vezes haja mulheres que têm mais categoria para mandar do que eles”, temos muitas mulheres nos partidos políticos, mas nas eleições presidenciais poucas disputam cargo de presidente da república e nos locais de trabalho os homens são sempre promovidos chefes (CABRAL s/d, 90-91 APUD LARANJEIRO, 2021, p.52). Isso mostra o quanto é necessária a política de quota para apoiar a permanência e sucesso das mulheres guineenses em espaços públicos, pois elas são desprivilegiadas dentro do sistema do próprio Estado.

A permanência das mulheres no campo político deve ser acompanhada de políticas públicas que permitem a elas atravessar as barreiras impostas, porque “ser mulher candidata é ter que sofrer muitos ataques dos partidos de oposição, até a sociedade contribui de forma inconsciente, para que isso aconteça” (VUAP MMENDE, p. 62-63). Isso indica que é fundamental a desnaturalização de algumas práticas que impedem o bem-estar das mulheres psicologicamente, fisicamente e outros.

Voltando a questão de políticas públicas, percebe-se que Guiné-Bissau definiu alguns objetivos e assinou acordos que pudessem favorecer a inserção de mulheres no cenário político, sendo um deles o de “integrar uma perspectiva do género em todas as ações e estratégias de prevenção dos conflitos, e reforçar os esforços para lutar contra todas as formas de violência contra às mulheres” (PLANO DE ACÇÃO NACIONAL 1325, 2000, p.13). Mas falta muito para honrar esse compromisso, porque “a relação entre Estado e cidadão [...] assume proporções de desigualdade acentuada em relação às mulheres e às jovens, uma vez que nem o Estado nem outras instituições garantem proteção face às práticas violentas” (ROQUE, 2011, p.47). Desse modo, fica mais difícil a condução do processo, por existir ainda ausência do próprio Estado.

Em outro aspecto, procuramos entender sobre a matrilinearidade e podemos reparar sua existência em alguns grupos étnicos como exemplo dos bijagós e papel da Guiné-Bissau,

nos quais podemos encontrar essa estrutura na qual as mulheres têm poder de decisão. “bijagós as cerimónias religiosas são orientadas pelas mulheres, as Okinkas, rainhas e sacerdotisas” e *fanadu de mindjer*<sup>7</sup>, nesta sociedade, é uma formação social na qual as meninas vão aprender a ter autonomia com as mais velhas das aldeias, ou seja, a cerimônia não acontece da mesma forma como dos fulas, mandingas e outros que são considerados violentos ao corpo da mulher (MENDES, 2019, p.12). Por ser um espaço de emancipação, existem trocas de ideias, nas quais essas meninas vão aprender como contribuir para a comunidade e decidir seus futuros.

Dove (1998) salienta que começou a acontecer mudanças no continente africano depois do fluxo emigratório do povo de norte, que são os colonialistas. Isso fez com que se formasse um sistema patriarcal, Na sociedade tradicional dos bijagós, as mulheres são quem escolhe o homem para casar, e moram na casa construída por elas (FERNANDES, s/d). Deste modo, é possível perceber que o patriarcalismo não conseguiu aniquilar o poder feminino em algumas sociedades africanas, como podemos constatar na referida sociedade em Guiné-Bissau.

Práticas do *fanadu de mindjer*, que é crime ou violência, não pertencem a todas etnias. O “ fanadu das mulheres/raparigas têm como quadro ideológico a religião islâmica, sendo portanto praticada unicamente pelas etnias islamizadas, como a etnia Fula, Mandinga, Beafada e a Balanta-mané” (KATAR MOREIRA, 2017, p.96). Essas práticas submetem as mulheres a circuncisão, por exemplo. É importante ressaltar que isso acontece com base em alguns poderes existentes e que restringe aos homens, o poder tradicional, simbólico, religioso e outros (KATAR MOREIRA, 2017). Isso, porém, se distancia com o que acontece com as mulheres Bijagós.

*Unaké* ou *Kaunaké*, também conhecido como *Fanado de Mindjeres*, é uma cerimônia que se realiza de acordo com a tradição no processo de mudanças de fases e que envolve somente pessoas do sexo feminino, com cada faixa etária separada por ciclos. Esta cerimônia é de fundamental importância na vida duma mulher bijagó, pois não só dá voz à mulher nesta sociedade como a torna sábia (FERNANDES, s/d, p.6).

Na sociedade *Pepel* ainda se percebe a existência da estrutura matrilinear, em que a mãe tem poder de decidir sobre seus filhos (as), exatamente porque são de sua linhagem” (VIEIRA TÉ, MACÊDO PEREIRA, 2022, p.4). Principalmente quando o pai não é da mesma etnia, e mesmo que fosse, o lado materno sempre tem mais poder (mãe, tios e tias) nas

---

<sup>7</sup> *Fanadu de Mindjer* é um ritual para as mulheres em alguns grupos étnicos na Guiné-Bissau.

*tabancas*. Na capital vamos encontrar outra realidade, em que os filhos(as) são registrados só com sobrenomes dos pais e ainda se coloca o nome do pai depois do nome.

#### **4. LUTA PELA EMANCIPAÇÃO FEMININA: O CASO DA UDEMU E GRUPOS DE MANDJUANDADI**

Mulheres guineenses estão engajadas em diferentes movimentos e organizações que discutem a questão da mulher na referida sociedade, destacando aqui a mandjuandade e UDEMU<sup>8</sup>. Nos seguintes tópicos entenderemos melhor esse processo de emancipação e lutas para equidade de gênero no país.

##### 4.1 MANDJUANDADI

*Mandjuandadi* em Guiné-Bissau remete ao companheirismo, e a maioria das mulheres que ocupam esse espaço são as *bideiras* de peixes, legumes e outras. O propósito é contribuir no sustento familiar, pois a “divisão de trabalho nas comunidades era evidente em tempos passados, sendo que fazia tanto por sexo quanto por idade. Isso fazia com que mulheres já casadas tivessem as suas tarefas e as meninas as delas” (DA COSTA SOARES SEMEDO, 2010, p.124). Ao longo dos tempos, isso transformou-se em associações ou grupos de *tina*<sup>9</sup>, sem levar em conta a idade da pessoa.

Segundo MAMA GOMES (2019), os grupos de *mandjuandadi* também podem assumir diferentes características como a base étnica, as relações afetivas, relações de vizinhança ou de trabalho e isso favorece o espaço de diálogo e manifestação política. São lugares para refletir sobre problemas sociais: *Mandjuandadi Babock*, em Canchungo, uma das associações de mulheres [...] que se organizam como expressão feminina, contra hegemônica, que tem uma dinâmica e uma gramática peculiares” (MAMA GOMES, 2019, p.62), e várias vezes suas críticas contra a violação de direitos das mulheres são expressadas no formato de músicas.

As mulheres guineenses quando estão nesses espaços se sentem livres e felizes, como podemos perceber na fala de uma entrevistada de grupo de amizade *Babock*: “*Mandjuandadi* mudou minha vida por completo, porque quando estou triste por algum motivo, saiu com as

---

<sup>8</sup> UDEMU significa União Democrata das Mulheres.

<sup>9</sup> *Tina* é um ritmo musical tradicional da Guiné-Bissau.

companheiras para cantar e dançar. Às vezes, também, dar conselhos umas às outras. Fico feliz e aliviada com a vida (risos)” (MAMA GOMES, 2019, p.96). Isso mostra um lugar de acolhimento e de superação dos problemas cotidianos, e existe uma forte união entre essas mulheres para enfrentar as barreiras que as impedem o crescimento.

Na sociedade guineense, alguns trabalhos são considerados dos homens, mas as mulheres estão a mostrar que não existe trabalho específico para homens e mulheres, então a mulher pode escolher sua profissão. Podemos perceber isso na cooperativa *Bontche*, a qual promove a formação de tecelagem do *pano de pinti*<sup>10</sup> para as mulheres, valendo ressaltar que a organização é liderada por elas (MAMA GOMES, 2019).

Por outro lado, grupos de *mandjuandadi* procuram solucionar seus problemas financeiros e dos membros com base na dinâmica de *abotas*<sup>11</sup>, “cujos membros contribuem, periodicamente, com um montante pecuniário predeterminado para um fundo comum, que é entregue, rotativamente, a um dos associados” (BORGES,2005,p.12). Isso também acontece nos pequenos grupos formados nos locais de trabalho, a exemplo das mulheres *bibeiras*, pessoas da mesma comunidade e outros.

É pertinente falar das mulheres *bideiras* porque sou filha de uma. Me lembro que aprendi a cozinhar com sete anos de idade, minha mãe saía de casa madrugada para pegar peixe no porto de Bandim e vender na feira de caracol, uma das mais populares de Bissau. Ao ir para sua rotina, ela me orientava para preparar o que eu ia comer com minha irmã mais nova para ir para escola, ou às vezes almoçamos na casa da minha tia que morava ao lado, porque ela voltava só à tarde para preparar comida para toda família. Em um certo momento ela conseguiu trazer sua irmã para cuidar de nós. Em Guiné-Bissau existem estes tipos de gestos de apoio entre as mulheres na família, nos grupos acima referidos e outros.

As associações ou grupos de *mandjuandadi* e *tina* são criados também para refletir sobre problemas do campo e percebe-se que “agora são as mulheres os chefes de família, são elas que se preocupam com a casa e com os filhos. Eu é que sou chefe, pago tudo, faço tudo... e depois ele não perde o título? Grupo de mulheres, Canchungo” (ROQUE, 2011, p.39). Esta é uma questão interessante para repensar a sociedade guineense, muitos homens são vistos sempre como chefe da família mesmo sem poder financeiro.

A permanência do poder masculino faz-nos acreditar que a desigualdade de homens e mulheres está para além da questão financeira, pois eles são vistos como seres humanos

---

<sup>10</sup> *Pano de pinti* são panos feitos por artesãos e são usados nas cerimônias tradicionais e fúnebres em algumas etnias como Madjacus e Pepel.

<sup>11</sup> *Abotas* são contribuições dos membros de grupo para um determinado propósito.



naturalmente poderosos. Podemos constatar isso na fala de alguns homens guineenses: “homem é sempre chefe da família mesmo que a situação esteja mal. Mesmo que a mulher procure o que ganhar, ela faz isso pela casa, mas não pode desmerecer o homem (grupo de homens, Bubaque) ” (ROQUE, 2011 p.40). Isso mostra que é considerado como algo natural adquirido pelos homens.

A sociedade guineense é uma mistura do tradicional e o moderno. Várias vezes consideramos as culturas tradicionais como insignificantes ou inferiores, mas repara-se que “a organização da vida social pré-colonial era baseada num sistema dual de papéis associado a formas complementares de poder nas atividades e nos papéis de mulheres e homens” (ROQUE, 2011, p.48), e ainda existem essas estruturas nos grupos de *mandjuandadi*. Nelas encontramos rei e rainha como figuras principais da organização e esses ainda compartilham mesmo direito com outros membros por exemplo pagar *cota*<sup>12</sup>, *abota*, etc..

Em grupos de *mandjuandadi*, o poder não é centralizado numa pessoa, deste modo, os homens e mulheres gozam dos mesmos direitos. Assim, precisamos repensar nossas identidades e afirmar que existem movimentos feministas particulares bissau-guineense, diferentes do feminismo europeu, apesar da mesma finalidade, de exigir seus direitos e ocupar seus espaços nos lugares de poder.

#### 4.2 UDEMU

A União Democrata das Mulheres (UDEMU), foi fundada pouco antes da libertação nacional, com o objetivo de libertar a sociedade culturalmente e combater a desigualdade entre homens e mulheres, que era também a luta diária do líder do PAIGC (Amílcar Cabral). A UDEMU “foi fundada em 18 de julho de 1961 em Conakry (República da Guiné), antes do início da luta armada, por mulheres como Francisca Pereira, Cati Turpin, Isabel Leal, Lilica Boal, e Jean Martin Cissé (Guiné-Conakry)” (IMPANTA, 2020, p.30). Uma organização desse caráter era necessária e ainda é, no sentido de combater algumas práticas que oprimem a mulher. Apesar disso, podemos perceber o descontentamento de algumas mulheres sobre a forma que atua essa organização.

A historiadora Patrícia Godinho Gomes, no seu trabalho cujo título é *Mindjeris di Guiné, ka bô m'pina, Ka bô burgunhu1: narrativas de mulheres na/sobre a luta de libertação na Guiné-Bissau (trajetórias, construções e percursos)*, nos mostra que “as mulheres

---

<sup>12</sup> *Cota* é a contribuição financeira dos membros de grupo ou associações, na qual ocorre mensalmente ou anualmente depende da organização.

guineenses participaram na luta de libertação partindo da compreensão de que está só seria bem sucedida com o seu contributo efetivo, uma vez que elas constituíam uma parte importante da sociedade” (GODINHO GOMES, 2021, p.89). Uma fala de uma entrevistada (Ana Maria Gomes Soares) de Patrícia Godinho Gomes critica a UDEMU por não reconhecer o esforço das mulheres, e ainda salienta que a organização não progrediu porque as mulheres estão sob comando dos homens.

A entrevistada ainda ressalta que a militância não é só das pessoas que pegavam nas armas contra os inimigos, mas que ela engloba toda a equipe que trabalhou para a libertação da Guiné-Bissau, e as mulheres faziam parte. Cito aqui essas mulheres menos referenciadas “Nhima Dabo, a Carlota Sanca, a Aua Cassama [...] a Paulina Cassamá, a Tambura Na Canté, a Tchadi, a Sugunda Na N’Kabna (miliciana muito destacada), a Maria Osvaldo” (GODINHO GOMES, 2021). Suas histórias são apagadas mesmo que as participações delas tenham sido ativas e fundamentais.

A essência do conceito de emancipação é para permitir com que as pessoas oprimidas se libertem, tenham suas autonomias. Também podemos dizer que o empoderamento “possibilita a aquisição da emancipação individual e também da consciência coletiva necessária para a superação da dependência social e dominação política” (DUARTE BATICÃ, 2015, p.33). Por isso é necessário repensar a educação familiar e pública para termos uma sociedade emancipada e livre da desigualdade social.

As mulheres guineenses são vistas como pessoas que sabem mais trabalhar nos espaços privados ou domésticos (casas): “A dicotomia entre o *espaço público* e *privado* tende a considerar o espaço público como sendo o espaço do poder [...] poder este que tem a capacidade e a legitimidade de caucionar os outros tipos de poder” (KATAR MOREIRA, 2017, p.87). Nesse caso, como podemos classificar trabalhos das mulheres que se dedicam à agricultura para o sustento da casa? Porque várias vezes elas trabalham fora de casa, principalmente as que residem nas zonas rurais.

A história das mulheres de UDEMU, não é diferente com as que participaram na guerra de luta libertação, porque “as estratégias de luta das mulheres da UDEMU se baseavam conceitualmente na condição de que a Luta Armada da Libertação não se constituía como um fim em si, mas o início de outras liberdades hora almejadas há muito tempo” (IMPANTA, 2020, p.28). As mulheres guineenses perceberam que existe ainda a necessidade de lutar por seus direitos. Durante esse processo tiveram conquistas que vamos destacar posteriormente, mas se almeja mais, porque ainda falta o comprometimento do Estado na aprovação da lei da violência contra mulher no parlamento.

De acordo com IMPANTA (2020), percebemos que maior parte das mulheres da UDEMU estão acima de 50 anos de idade, e os homens não fazem parte dessa organização, apesar de acompanharem como membros do partido e ex-combatentes da Luta Armada da Libertação, porque o movimento está ligado ao partido PAIGC. Isso nos faz questionar por que não se pode incluir jovens e mulheres de outros partidos, mas “Amílcar Cabral já tinha preocupação com a igualdade de oportunidades e a ideia dele era que a UDEMU não fosse apenas do partido, mas sim o sindicato de todas as mulheres e que pudesse agregar mulheres de outros partidos também” (IMPANTA, 2020, p.33). A autora ainda ressalta que a UDEMU está a perder espaço no país por organizações com caráter não partidário, sendo assim necessário reestruturar a organização, porque a nova geração precisa interagir e aprender com essas fontes vivas que desempenharam papéis importantes na luta para libertar a nação guineense.

Já tiveram quedas no passado, e “a própria UDEMU chegou a ser suspensa em 1966, cinco anos após a sua fundação, na interpretação das interlocutoras devido à insuficiência de mulheres formadas para segurar a organização” (IMPANTA,2020, p.39). Por outro lado, compreendemos que as mulheres desse movimento são inspirações para jovens guineenses, porque algumas conseguiram assumir cargos de tomada de decisão. Para Impanta (2020), “Carmen Pereira, que chegou a ocupar o cargo de presidente da república em 1984 por três dias, sendo a primeira na história do continente africano e única na história de Guiné-Bissau até hoje” (IMPANTA, 2020, p.42). Apesar do pouco tempo no cargo, esse é um marco na história das mulheres africanas, particularmente guineenses, porque aumenta a esperança e a vontade de lutar para ocupar o lugar de tomada de decisão no país.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a pesquisa, percebemos na sociedade africana, particularmente guineense, que ainda existem grupos étnicos que conservam a cultura matrilinear como é o caso dos bijagós e *papel*. Além disso, constatamos que grupos de *mandjuandadi* e outras associações acima mencionadas, são espaços de fortalecimento e de luta contra o patriarcado. Nesse sentido, é necessário valorizar os trabalhos feitos por esses grupos.

Quanto ao objetivo geral identificamos que a emancipação das mulheres guineenses começou desde o momento que decidiram entrar na luta pela libertação nacional. Além disso, percebemos que, nesse período, mulheres faziam duplo trabalho porque além de pegarem nas armas contra os colonizadores, a comida dos guerreiros era preparada por elas. Isso acontece

nos dias atuais, pois as mulheres lutam para permanecer no público, mas ainda estão rodeadas das tarefas de casa.

Também descobrimos o que mais dificulta a emancipação das mulheres guineenses, que é a estrutura da social patriarcal, na qual oportunidades são desiguais em termos da educação, acesso ao emprego e outros, o que faz permanecer a violência contra a mulher. Ainda se repara na sociedade guineense que, ser independente ao homem e participar ativamente nas tomadas de decisões familiares, é uma ameaça ou desrespeito aos seus irmãos e ao marido.

Então, devemos nos distanciar desse discurso manipulador e confuso de que mulher pertence ao espaço doméstico, tem que cuidar dos filhos (as) e marido, porque isso faz com que muitas mulheres se distanciam do público, por falta de segurança e ambiente agradável para fortalecer ações.

A sociedade precisa se engajar nessa luta de emancipação social, sendo também necessário trazer histórias das nossas heroínas ao público no sentido de permitir a novas gerações a terem o conhecimento da contribuição das mulheres na luta de libertação. Isso aumenta a autoestima das mulheres e permite quebrar o silêncio. É importante também entender quotas como algo positivo, que pode influenciar a emancipação da sociedade, e que não são exigidas para facilitar a entrada das mulheres na política por serem menos inteligentes, mas na verdade porque precisam de apoio e incentivos para permanecerem no público.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

**BAKARE-YUSUF**, Bibi. Além do Determinismo: a Fenomenologia da Existência Feminina Africana; 2003.

**BORGES**, Maria Manuela. As mulheres em África: dinâmicas informais de socialização, educação, reprodução e inovação cultural; Revista Educação em Questão, v. 22, n. 8, p. 7-33, jan./abr. 2005.

**CANDÉ MONTEIRO**, Artemisa Odila. Guiné Portuguesa versus Guiné-Bissau: a Luta da Libertação Nacional e o Projeto de Construção do Estado Guineense; Número temático: Literatura, cultura e memória negra. A Cor das Letras — UEFS, n. 12, 2011.

**CHIZIANE**, Paulina. Eu, Mulher... por uma Nova Visão do Mundo; Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF, Vol. 5, nº 10, abril de 2013.

**DA COSTA SOARES SEMEDO**, Maria Odete. As *Mandjuandadi* - Cantigas de Mulher na Guiné-Bissau: da Tradição Oral à Literatura; Belo Horizonte 2010.

**DUARTE BATICÂ**, Hélder. Manual de Igualdade Equidade de Género; Programa de Formação Avançada para ANEs; PAANE- Programa de Apoio aos Atores não Estatais- *Nô Pintcha pa Dizinvovimentu*; novembro 2015.

**DW**; Mulheres ao Poder nos PALOP; notícias | dw; 10/07/2021.

**Fala di Mindjer**. Além da pressão social e das barreiras institucionais: o papel das mulheres nas esferas de tomada de decisão na Guiné-Bissau; março de 2018.

**FERNANDES**, Itelvina José; Unaké. Rituais de Transição da Mulher Bijagó da Guiné Bissau; Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Zelinda dos Santos Barros.

**GODINHO GOMES**, Patricia Alexandra. “As outras vozes”: Percurso Femininos, Cultura Política e Processos Emancipatórios na Guiné-Bissau; Odeere: revista do programa de pós-graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade – UESB. Ano 1, número 1, janeiro – Junho de 2016.

**GODINHO GOMES**, Patrícia. A Mulher guineense como sujeito e objecto do debate histórico contemporâneo: Excertos da história de vida de Teodora Inácia Gomes; Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África, 2017 (ISSN: 0850-3907).

**GODINHO GOMES**, Patrícia. Mindjeris di Guiné, ka bô m’pina, Ka bô burgunhu :narrativas de mulheres na/sobre a luta de libertação na Guiné-Bissau (trajetórias, construções e percursos); Abe África: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos, v.6, n.6, Outubro de 2021.

**GODINHO GOMES**, Patrícia. O Estado da Arte dos estudos de Género na Guiné-Bissau: uma abordagem preliminar; Outros Tempos, vol. 12, n.19, 2015 p. 168-189. ISSN:1808-8031.

**GODINHO GOMES**, Patricia. A Importância das Forças Armadas Revolucionárias do Povo (f.a.r.p.) na Luta pela Libertação da Guiné-Bissau; unisul, Tubarão, v. 3, n. 6, p. 121 - 139, Jul./Dez. 2010.

**MAMA GOMES**, Peti. Mulheres em Associação na Guiné-Bissau: Género e Poder em *Babock e Bontche*; redenção 2019.

**GONZÁLEZ**, Fredy Enrique. reflexões sobre alguns conceitos da pesquisa qualitativa; Revista Pesquisa Qualitativa. São Paulo (SP), v.8, n.17, p. 155-183, ago. 2020.

**GUINÉ-BISSAU**. Constituição da República; Reimpressão- INACEP janeiro 2012.

**LANDIM MOREIRA**, Beatriz. A LUTA DE LIBERTAÇÃO DE CABO VERDE: O PAPEL DA MULHER; Praia, Julho de 2006.

**LARANJEIRO**, Catarina. Arma Diplomática e Ficção. As Mulheres nos Filmes da Luta de Libertação da Guiné-Bissau; RCL — Revista de Comunicação e Linguagens Journal of Communication and Languages N.54 (2021).

**MACHEA DUARTE**, Morgana. “Me Erguerei Lúcida, Bramindo contra tudo: basta!”: A atuação de Mulheres Moçambicanas na Luta Armada de Libertação Nacional e seus Reflexos para o Empoderamento Feminino na Sociedade atual; Florianópolis, SC 2018.

**MENDES**, Herculano Arlindo. A sub-representação feminina e os critérios de recrutamento político na Guiné-Bissau: os casos do PAIGC e do PRS; Lisboa, setembro, 2019.

**KATAR MOREIRA**, Joacine. *A Cultura di Matchundadi* na Guiné-Bissau: Gênero, Violências e Instabilidade Política; Novembro, 2017.

**PLANO DE ACÇÃO NACIONAL 1325 (2000)**; Guiné-Bissau- Mulheres Paz e Segurança; Plano de Acção Nacional para a Implementação da Resolução 1325 (2000) março 2010.

**PIZZANI**, Luciana. **DA SILVA**, Rosemary Cristina; **FARIA BELLO**, Suzelei; **INNOCENTI HAYASHI**, Maria Cristina Piumbato; A Arte da Pesquisa Bibliográfica na busca do Conhecimento; © Rev. Dig. Bibl. Ci. Inf., Campinas, v.10, n.1, p.53-66, jul./dez. 2012.

**ROQUE**, Sílvia. Um retrato da violência contra mulheres na Guiné-Bissau; Versão de 8 de Junho de 2011.

**SANTOS**, Sara Isabel Palma. O papel das mulheres nos processos de (re) construção da paz. O caso da Guiné-Bissau; Évora, 2014.

**SEMEDO**, Rui Jorge; Possibilidade de Estabelecimento de Academia de Treinamento para Liderança Política e Civil; Relatório sobre Liderança Política e Civil na Guiné-Bissau; 2018.

**VIEIRA TÉ, MACÊDO PEREIRA**, Ginelsa Nelson, Francisco Vítor. Masculinidades na Construção do Poder: o Caso dos Discentes Guineenses da Unilab-CE;2022.

**VUAP MMENDE**. Celeste Sílvia; A Participação das Mulheres na Assembleia Nacional Popular da República de Guiné-Bissau; Redenção 2017.

**IMPANTA**, Iadira António. **Mulheres da udemu e experiências de vida: da luta de libertação à participação política**; natal – rn 2020.

**DOVE**, Nah. **Mulherisma africana; uma teoria afrocêntrica**; tradução: wellington agudá; jornal de estudos negros, vol. 28, Nº 5, maio de 1998 515-539.